

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.610 RIO DE JANEIRO**

**RELATORA** : MIN. ROSA WEBER  
**RECTE.(S)** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**RECDO.(A/S)** : GLORIA DA SILVA  
**ADV.(A/S)** : JEAN DE OLIVEIRA MACEDO

**Vistos etc.**

Contra o juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário, exarado pela Presidência do Tribunal *a quo*, foi manejado agravo. Na minuta, sustenta-se que o recurso extraordinário reúne todos os requisitos para sua admissão. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 18 e 25, § 1º, da Lei Maior.

**É o relatório.**

**Decido.**

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos da decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário, bem como à luz das razões de decidir adotadas pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso veiculado na instância ordinária, concluo que nada colhe o agravo.

O Tribunal de origem julgou a controvérsia em decisão cuja ementa reproduzo:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO DO TCE QUE DETERMINA AO REITOR DA UERJ A ANULAÇÃO DE ATO DE ENQUADRAMENTO DE SERVIDORA NÃO CONCURSADA E INGRESSANTE ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. CABIMENTO DO MANDAMUS EM FACE DE DECISÃO DO TRIBUNAL CONTAS. ATO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, PASSÍVEL DE CONTROLE JUDICIAL, CONSOANTE MODERNO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO REITOR DA UERJ, TENDO EM VISTA QUE A

**ARE 909610 / RJ**

ANULAÇÃO DO ATO DE ENQUADRAMENTO AQUI SE DARIA DE FORMA COMPLEXA, EIS QUE DETERMINADO EM DECISÃO MANDAMENTAL DO TCE-RJ E EXECUTADA PELO REITOR DA UNIVERSIDADE. ACOLHIMENTO DA ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA. PRAZO QUINQUENAL QUE TEM INÍCIO EM 01/02/1999, QUANDO ENTROU EM VIGOR A LEI Nº 9.784/99, QUE DISCIPLINA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO FEDERAL MAS SE APLICA NA SEARA ESTADUAL NA AUSÊNCIA DE NORMA LOCAL. INOCORRÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DA CONTAGEM DO PRAZO NA FORMA DO ART. 54, § 2º DA REFERIDA NORMA, TENDO EM VISTA QUE APESAR DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO FISCALIZATÓRIO NA CORTE DE CONTAS, A SERVIDORA SOMENTE FOI CIENTIFICADA DO MESMO NO ANO DE 2006, QUANDO JÁ APOSENTADA HÁ MAIS DE 07 ANOS. AINDA QUE ASSIM NÃO FOSSE, É CONTRÁRIO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA SEGURANÇA JURÍDICA A ANULAÇÃO DE ATO DE INVESTIDURA APÓS ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS À ADMINISTRAÇÃO. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO DO ESTADO QUE DEVE SER RECHAÇADO. A AUTORA FOI CONTRATADA ANTES DA CRFB-88, QUANDO NÃO ERA EXIGIDO O INGRESSO POR CONCURSO PÚBLICO E FOI ENQUADRADA NA CARREIRA POR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REGULAR E AMPLAMENTE DIVULGADO PELA ADMINISTRAÇÃO, NÃO PODENDO AGORA, APÓS TODA UMA CARREIRA DEDICADA À INSTITUIÇÃO, TER SUA APOSENTAÇÃO E RESPECTIVOS PROVENTOS SUPRIMIDOS. CONCESSÃO DA SEGURANÇA PARA DECRETAR A PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA E ANULAR A DECISÃO DO TCE-RJ NO QUE RESPEITA À IMPETRANTE.”

O recorrente limita-se a alegar violação da autonomia administrativa. Nesse contexto, verifico ausente impugnação específica,

**ARE 909610 / RJ**

no recurso extraordinário, às razões de decidir adotadas pela Corte de origem.

Aplicável, na hipótese, o entendimento jurisprudencial vertido na Súmula 284/STF: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.”* Nesse sentido: ARE 656.357-AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 23.02.2012; AI 762.808-AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Ayres Britto, DJe 30.3.2012; RE 356.310-AgR-segundo, 1ª Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 11.10.2011; e RE 656.256-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 05.3.2012, cuja ementa transcrevo:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.”

De outra parte, a Corte de origem, na hipótese em apreço, lastreou-se na prova produzida para firmar seu convencimento, razão pela qual aferir a ocorrência de eventual afronta aos preceitos constitucionais invocados no apelo extremo exigiria o revolvimento do quadro fático delineado, procedimento vedado em sede extraordinária. Aplicação da Súmula 279/STF: *“Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”*.

Nesse sentir, não merece processamento o apelo extremo, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República.

**Nego seguimento** (art. 21, § 1º, do RISTF).

**ARE 909610 / RJ**

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministra Rosa Weber  
Relatora